



Finanças pessoais: uma análise do comportamento das finanças dos cidadãos de Rondon do Pará

Resumo

O referente trabalho foi desenvolvido no município de Rondon do Pará e tem como principal finalidade analisar o comportamento das finanças dos cidadãos deste município. Para que esse objetivo fosse alcançado foi aplicado um questionário *online* com perguntas e afirmações de múltiplas escolhas (com base na escala Likert de cinco pontos) divididas em três partes, dados pessoais, comportamento financeiro e atitude financeira. Deste modo, trata-se de uma pesquisa quantitativa com caráter descritivo que possui o intuito de evidenciar como as finanças dos cidadãos rondonenses se comportam de acordo com a realidade financeira vivenciada. Assim, a pesquisa foi realizada durante o segundo semestre do ano de 2020, tendo como principal público-alvo os moradores da cidade. A partir da aplicação do método, conclui-se que em média, a população rondonense possui comportamentos financeiros relativamente adequados, sendo que, da amostra de 84 respostas obtidas, 67,9% diz respeito ao público feminino e 47,6% das pessoas tem idade entre 18 e 25 anos. Além disso, a amostra total é composta pela grande maioria de pessoas que trabalham em cargos do setor público ou privado, 25% cada. Constatou-se que, as faixas salariais predominantes variam entre R\$ 500,01 a R\$ 1.000,01 reais ou de R\$ 1.000,02 a R\$ 1.500,02 reais e, além dessas, observou-se que em todas as faixas salariais analisadas as pessoas sobrevivem quase que exclusivamente apenas de suas rendas fixas, ou seja, não possuem nenhum outro tipo de rendimento extra. E mesmo que tivessem uma parcela alta ou baixa de suas rendas comprometidas com obrigações mensais, a grande maioria ainda consegue reservar uma pequena parte de seus rendimentos para a poupança.

Palavras-chave: Finanças pessoais; Gestão orçamentária; Educação financeira.

Linha Temática: Finanças e mercados de capitais.



1. INTRODUÇÃO

Segundo Wohlemberg et al. (2011), o controle financeiro vem sendo praticado desde os primórdios da humanidade, e mesmo que primitivamente, os seres humanos exerciam alguma forma de gerir seus bens. Ou seja, utilizavam de algum meio para contar suas posses, seja através de gravuras em paredes ou contagem de pedras até os meios atuais, com planilhas, softwares e aplicativos, etc.

Desde então, o cenário financeiro vem se desenvolvendo cada vez mais. E nos dias atuais, vem crescendo a preocupação de inserir na sociedade um senso coletivo sobre educação financeira e gerenciamento financeiro. Pois, conforme Fiori et al. (2017), diante de um elevado nível de consumo, muitas pessoas estão contraindo dívidas e não conseguindo quitá-las, assim tornando-se inadimplentes.

Logo, a educação financeira é essencial para orientação dos indivíduos a respeito do mundo financeiro e dessa forma poder gerir e controlar suas finanças com qualidade. Deste modo, com um planejamento orçamentário de qualidade, as pessoas poderão possuir um controle eficaz das entradas e saídas de dinheiro, previsão da situação financeira e melhor capacidade de tomar decisões a respeito de suas finanças.

Sendo assim, a educação financeira existe para ajudar os indivíduos a melhorar a gestão do uso dos recursos financeiros e desenvolver melhores planos de orçamento doméstico para construir uma vida financeira saudável e de qualidade (Fiori et al., 2017).

Tendo em vista o que foi tratado anteriormente sobre as altas taxas de consumo da população em geral e do risco que isso pode ocasionar, caso não controlado com uma boa educação financeira e planejamento orçamentário, surge a seguinte indagação: será que existe relação do nível de obrigações (dívidas) com a quantidade que as pessoas conseguem poupar de sua renda mensal?

Deste modo, a presente pesquisa tem como principal finalidade analisar o comportamento das finanças dos cidadãos do município de Rondon do Pará no estado do Pará. Pois, este estudo se justifica pela importância de se comparar as diferentes formas que as finanças pessoais se comportam em cada realidade financeira do público-alvo. Além disso, o artigo está estruturado da seguinte forma, introdução, referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos dados, considerações finais e as referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Finanças Pessoais

Gitman (2010, p. 3) conceitua finanças como “a arte e a ciências de administrar o dinheiro”. O que reforça o argumento de Pires (2006) de que as finanças pessoais possuem como objeto de análise a conjuntura dos custeios para a obtenção dos bens e serviços que são primordiais para suprir as necessidades individuais.

Para sobreviver, é indispensável que o indivíduo realize compras regularmente, por outro lado é necessário prover de sua força de trabalho para que assim consiga pagar pelo que consome nesse mercado totalmente monetizado, pelo menos o essencial para manter um equilíbrio financeiro entre comprar e ter competência de pagar (Pires, 2006).

Deste modo, é fundamental que haja o planejamento e controle da saúde orçamentária pessoal, no entanto, isso pode ser uma tarefa difícil em determinadas ocasiões, pois pode



caracterizar a necessidade de reduções, cortes e privações (Gomes & Saroto, 2010). Da mesma forma, para se ter um equilíbrio financeiro de qualidade, precisa entender que irá depender principalmente da capacidade de redução de pequenos gastos e despesas (Medeiros & Lopes, 2014).

A maioria das pessoas que entenderem este conceito de precisar reduzir gastos desnecessários, se beneficiará, pois será capaz de tomar decisões financeiras pessoais com mais segurança e certeza, afirma Gitman (2010). Deste modo, ao adquirirem conhecimento a respeito dos instrumentos financeiros o indivíduo possuirá maior capacidade de lidar com as operações financeiras do cotidiano.

No entanto, o descontrole no orçamento financeiro muitas das vezes é causado pelo pouco conhecimento e pela falta de planejamento financeiro, o que afeta a vida financeira das pessoas em geral (Wisniewski, 2011).

Em vista disso, o controle dos gastos é um dos principais focos da gestão financeira pessoal, familiar ou empresária. E as decisões econômicas também possuem relevância nesse assunto.

De acordo Marques et al. (2018), a decisão financeira seria a escolha tomada pelo indivíduo após o confronto dos preços dos produtos desejados. Similarmente, Gomes e Sarato (2010) falam que é preciso examinar alguns costumes financeiros, principalmente em relação aos gastos, se são de fato necessários ou são apenas uma forma de satisfazer seus desejos. Tendo em vista que existem gastos desnecessários e que poderiam ser evitados.

2.2 Endividamento Pessoal

De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IBCD, 2015), o endividamento é quando a pessoa pega recursos financeiros com terceiros para comprar algum bem e deste modo contraindo uma dívida, já a inadimplência ocorre quando há o excesso e não quitação dessas dívidas. Ou seja, a inadimplência é resultado do endividamento, decorrente principalmente de quando há dívidas em atraso.

A concessão de crédito e a possibilidade de pagamento de dívidas a longo prazo que facilita as operações cotidianas. O que incentiva os consumidores a comprar cada vez mais produtos em prazos longos, com prestações muitas das vezes baixas e em condições que não conseguem pagar, o que pode comprometer a integridade do orçamento (J. T. Silva et al., 2015). De modo que o problema é justamente o acúmulo dessas prestações somado com as demais despesas, que pode debilitar o orçamento.

Segundo Fiori et al. (2017), o consumo descontrolado leva ao comprometimento dos recursos, ou seja, ao endividamento. E em muitos casos, isso pode estar ligado a ausência de uma educação financeira familiar. O autor ainda retrata que o consumismo varia entre pessoas, e muitos conseguem manter o equilíbrio entre o recurso disponível e o consumo desnecessário.

No estudo de Resende e Costa (2017) sobre o planejamento financeiro dos discentes de administração de uma instituição de ensino superior, apontou que os alunos tinham o costume de acompanhar e controlar suas receitas e gastos mensais. Ademais, muitos não se declararam endividados, mas com a análise dos orçamentos, principalmente com as obrigações, obtiveram um índice de 30% de endividamento. Os autores continuam dizendo que “tal fato se justifica devido aos discentes se considerarem endividados a partir do não pagamento, não percebendo que o endividamento é a soma de todas as despesas (Resende & Costa, 2017, p. 38).”

Sendo o endividamento o simples ato de adquirir uma ou mais dívidas, como já abordado anteriormente, a inadimplência equivale o não pagamento de dívidas e da impossibilidade de



realizá-la de forma útil ao credor (Maia, 2007). Portanto, em muitos casos o indivíduo não possui condições de honrar suas dívidas, tornando-se inadimplentes.

Conforme Wohleberg et al. (2011), um fator comum do mau endividamento é a deficiência no planejamento financeiro, o que pode ocasionar mais tarde problemas de insolvência de suas dívidas. Ocasionalmente principalmente pela falta de instrução financeira, e que pode desequilibrar e afetar a saúde financeira e o orçamento familiar das pessoas (Lima et al., 2016).

2.3 Educação Financeira e Orçamento Pessoal

Segundo Savoia et al. (2007) a educação financeira é uma forma de propagação de conhecimentos que possibilita o aprendizado sobre o ambiente financeiro e que permite às pessoas a administrar corretamente suas finanças e tomar decisões mais seguras.

Do mesmo modo, quando o indivíduo não detém conhecimento necessário sobre as finanças, não há propriedade em suas decisões financeiras e isso consequentemente afeta sua economia, bem como o endividamento e a inadimplência podem estar ligados a qualidade dessas decisões (Vieira et al., 2011). Os autores retratam ainda que assim como as empresas, as pessoas também precisam de um bom gerenciamento dos recursos financeiros e clareza nas decisões, o que pode ser fornecido principalmente pelo acesso a informações financeiras.

As pessoas que obtêm pouco conhecimento sobre educação financeira e das ferramentas administrativas de planejamento, possuem maiores possibilidades de entrar nas estatísticas de devedores (Costa Junior & Claro, 2013). Ademais, uma vida financeira deficitária também pode prejudicar a qualidade de vida das pessoas, pois pode acarretar em problemas emocionais, como estresse e depressão, e também familiares e sociais, o que pode afetar também o ambiente de trabalho por diminuir o seu rendimento (Wisniewski, 2011).

No entanto, a educação financeira proporciona a utilização de diversas técnicas que ajudam as pessoas a terem uma vida econômica melhor e sem muitos imprevistos (Rogério da Silva et al., 2016).

A falta de conhecimento entra em primeiro lugar entre os motivos da má gestão das finanças pessoais. No estudo realizado por Gomes e Saroto (2010) sobre o planejamento e controle das finanças de profissionais autônomos, foi obtido o resultado de que um percentual considerável dos pesquisados possuía problemas financeiros e que mantinham um fraco controle de suas economias, principalmente por não possuírem conhecimento suficiente dos artifícios de gestão e tampouco disponibilidade para realizá-los.

Uma das técnicas utilizadas no controle financeiro é a utilização de orçamentos, que de acordo com Peixe et al. (2000), é uma ferramenta de gestão utilizada para a análise e tomada de decisão pelo indivíduo, que o possibilita realizar uma projeção dos seus ganhos e gastos, bem como o confronto com períodos anteriores e alterações nas contas com maiores déficits. Segundo o autor, com a obtenção de um superávit financeiro, que é o confronto positivo entre receitas e despesas, as famílias têm a possibilidade de escolher as formas de utilizar esse recurso restante. No entanto, em casos de déficit, deve-se verificar em quais grupos de contas serão realizados os cortes.

Em síntese, tanto o orçamento pessoal ou o familiar consistem no agrupamento de todos os tipos de receitas e despesas da entidade num determinado período para que se possa planejar o controle financeiro (Peixe et al., 2000). Deste modo, através do orçamento o indivíduo é capaz de realizar um mapeamento das suas finanças que o permite gerir suas receitas e despesas, assim como ser capaz de inferir uma previsão da situação financeira por meio de planejamentos de médio e longo prazo (Pereira, 2011).



Ademais, existem diversas ferramentas tecnológicas que facilitam o gerenciamento do orçamento pessoal. Há disponível inúmeros *sites* e *blogs* que tem o objetivo de educar financeiramente as pessoas, além desses recursos existem aplicativos móveis que possuem a mesma finalidade (Pontes et al., 2017).

Um dos aplicativos móveis mais populares de gestão financeira é o “Gastos Diários 3”, um *software* interativo que realiza o registro e gerenciamento das entradas e saídas de dinheiro durante os meses, possibilitando ao usuário fazer análises dos fluxos financeiros ocorridos nas categorias de despesas. Desta forma, para Alves (2017, p. 38):

“Aplicativo bastante intuitivo, dispõe de gerenciamento de despesas e receitas podendo classificar por categorias. Conta com planejamento, porém esta funcionalidade é paga, assim como a exportação de relatórios. Apesar da exportação ser paga o aplicativo disponibiliza vários gráficos com o andamento das finanças, possibilitando um bom acompanhamento.”

Na atualidade, é comum o modo de vida agitada sem desperdício de tempo. De acordo com Venciguerra (2013) por esse motivo as pessoas não mantem o controle financeiro adequado, o que pode prejudicar seus orçamentos. E através de aplicativos móveis, as pessoas podem adquirir *softwares* capazes de manter um controle de seus gastos e ganhos e auxiliar na tomada de decisão financeira.

3. METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem quantitativa, ou seja, apoia-se em parâmetros de análise mensuráveis. Pois, além do levantamento bibliográfico realizado para embasamento do estudo, foi aplicado questionário, gráficos estatísticos e coeficientes para a análise dos dados. Assim, a pesquisa quantitativa, define que tudo pode ser quantificado, ou seja, transformar opiniões e informações em números para analisá-los (Prodanov & Freitas, 2013).

Trata-se de uma pesquisa descritiva, que é quando há apenas o registro e descrição das informações sem perturbá-las, ou seja, o principal objetivo é descrever características do objeto estudado ou estabelecer relação entre variáveis (Marconi & Lakatos, 2003; Prodanov & Freitas, 2013). Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizado a técnica de levantamento ou survey, que conforme Prodanov e Freitas (2013), para conhecer os comportamentos das pessoas, é perguntado diretamente a elas por meio de algum tipo de questionário ou entrevista.

Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida no município de Rondon do Pará, durante o segundo semestre do ano de 2020, tendo como principal público-alvo os moradores da cidade. Na questão da delimitação do público, buscou-se aplicá-la de forma geral independente da classe social, justamente para atender ao objetivo da pesquisa, que é realizar a análise do comportamento de suas finanças de acordo com a realidade financeira vivenciada.

Em consequência do distanciamento causado pela pandemia do Covid-19 e devido às restrições de contato social aderidas durante a quarentena, o número de pessoas alcançadas pela pesquisa foi baixa em termos de relevância científica. Deste modo, a amostragem da pesquisa é definida como amostra por acessibilidade ou por conveniência, que segundo Prodanov e Freitas (2013) ela é menos rigorosa e se utiliza os dados a que tem acesso, assim considerando que os mesmos, possivelmente, possam representar o universo.

Contudo, foi realizado primeiramente um levantamento bibliográfico sobre o assunto e



posteriormente foi elaborado um questionário aplicado de forma *online*, onde o mesmo foi dividido em três partes (perfil do público, comportamento financeiro e atitude financeira) para melhor análise e compilação dos dados.

O questionário é constituído de perguntas de múltiplas escolhas, sendo que algumas das questões há a possibilidade de marcar mais de uma alternativa, e também por afirmativas no modelo de múltiplas escolhas, nas quais foi aplicada a Escala Likert de cinco pontos que variam de 1 – concordo totalmente a 5 -discordo totalmente. Segundo Nunes et al. (2008), A escala é utilizada para medir os diferentes níveis de intensidade das concordâncias em relação ao item abordado.

Além disso, a fim de responder o questionamento levantado, se existiria relação entre o nível de obrigações existentes com o quanto as pessoas conseguem poupar mensalmente, foi aplicado o Coeficiente de Correlação de Pearson através do Microsoft Excel para tentar corroborar com os resultados e verificar se há relação entre essas duas variáveis.

Deste modo, segundo Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009), o Coeficiente de Correlação de Pearson é uma medida associativa entre duas variáveis mensuráveis, onde é testado o nível de relação existente entre elas, ou seja, se caso haja alteração em uma variável a outra também será afetada. Ademais, o coeficiente evidência o grau de relação entre índices que fariam de -1 e 1, ou seja, quanto mais próximo desses valores, mais forte é a relação, sendo que zero indica não haver relação entre as variáveis.

De acordo com o resultado do coeficiente, existem interpretações para a intensidades do grau de correlação, onde, escores de 0,01 a 0,29 são correlações fracas, de 0,30 a 0,59 é regular, de 0,60 a 0,89 é forte e de 0,90 a 1 significa existir um grau de correlação muito forte. Portanto, o coeficiente foi aplicado para análise das seguintes questões: quanto de sua renda mensal que está comprometida com prestações/obrigações mensais? quanto você consegue poupar de sua renda mensal?

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Perfil do público

A amostra final, após aplicação do questionário *online*, foi composta por 84 respostas, dos quais 67,9% das respostas diz respeito ao público feminino, enquanto que masculino é 32,1%. Verificou-se ainda que a maior parcela apresenta idade entre 18 a 25 anos, que representa 47,6% dos dados, em seguida de 34 a 41 anos (17,9%), de 26 a 33 anos (16,7%) e mais de 42 anos (15,5%), respectivamente. Embora a maior porcentagem diz respeito a uma faixa etária mais jovem, quando somada as taxas das três últimas classes de idade o público tornasse parcialmente mais velho, equivalendo a 50,1% do total de respostas obtidas. Além disso, 59,5% corresponde a pessoas solteiras e apenas 35,7% possui algum tipo de relação estável, enquanto isso a maior parte das pessoas não possuem dependentes (47,6%) ou tem apenas um dependente (21,4%), o que justifica por se tratar de um público mais jovem e pela grande maioria ser solteira.



Tabela 1. Relação do quantitativo de respostas entre atividade profissional e nível de escolaridade dos cidadãos rondonenses.

Atividade profissional	Escolaridade							TOTAL (Quant./Porcen.)
	A	B	C	D	E	F	G	
Estudante	-	-	2	2	10	1	-	15 (17,9%)
Funcionário do setor público	1	-	-	3	2	4	11	21 (25%)
Funcionário do setor privado	1	-	-	6	7	5	2	21 (25%)
Empresário	-	-	-	-	1	-	-	1 (1,2%)
Profissional Liberal (Autônomo)	1	-	1	4	5	3	1	15 (17,9%)
Estagiário	-	-	-	-	2	-	-	2 (2,4%)
Desempregado	1	-	1	1	1	1	-	5 (5,8%)
Auxiliar de odontologia	1	-	-	-	-	-	-	1 (1,2%)
Manicure e pedicure	-	-	-	1	-	-	-	1 (1,2%)
Laminação	1	-	-	-	-	-	-	1 (1,2%)
Ajudante geral	1	-	-	-	-	-	-	1 (1,2%)
TOTAL (Quant./Porcen.)	7 (8,3%)	-	4 (4,8%)	17 (20,2%)	28 (33,3%)	14 (16,7%)	14 (16,7%)	84 (100%)

Legenda: **A** = ensino fundamental incompleto, **B** = ensino fundamental completo, **C** = 2º grau incompleto, **D** = 2º grau completo, **E** = ensino superior incompleto, **F** = ensino superior completo, **G** = pós-graduação em lato ou stricto sensu.
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

No que se refere a ocupação profissional, pode-se observar na Tabela 1 que 25% da amostra corresponde a profissionais do setor público e 25% são funcionários contratados da área privada (lojas, farmácia, restaurantes, supermercados, entre outros), já os profissionais liberais e os estudantes, ambos equivalem a 17,9% cada. Já em relação à escolaridade, do total de respostas, temos o ensino superior incompleto (33,3%) e o 2º Grau completo (20,2%), o que pode ser justificado por se tratar de um público mais jovem, em quanto que ensino superior completo e pós-graduação representam 16,7% cada.

Essas foram as taxas referente a amostragem total de 84 respostas, no entanto, quando observado detalhadamente os dados confrontando profissão e escolaridade observamos que, das 28 pessoas que tem o ensino superior incompleto, 10 ainda são estudantes em instituições de ensino superior e 7 trabalham no setor privado, mas não necessariamente quer dizer que não estudam. Outro dado que chamou bastante atenção é que das 21 (25%) respostas correspondentes a ocupação no setor público, 11 cargos são ocupados por pessoas que tem pós-graduação, ou seja, que dispõe de recursos que proporcionam uma melhor estabilidade financeira.

Em continuidade da análise referente ao perfil, a Tabela 2 demonstra o valor da renda fixa e a quantidade de renda extra que consegue ganhar de acordo com a classe salarial. Deste modo, para melhor entendimento, adotou-se as seguintes siglas para simplificar as categorias de renda extra obtida pelos cidadãos, sendo **RE 1** – Não se aplica; **RE 2** – Até R\$ 100,00 reais; **RE 3** – De



R\$ 100,01 até R\$ 200,01 reais; **RE 4** – De R\$ 200,02 até R\$ 300,02; **RE 5** - De R\$ 300,03 até R\$ 400,03; **RE 6** - De R\$ 400,04 até R\$ 500,04; **RE 7** - De R\$ 500,05 até R\$ 600,05; **RE 8** - De R\$ 600,06 até R\$ 700,06 e **RE 9** - De 700,07 ou mais.

Tabela 2. Frequência de renda fixa e da quantidade de renda extra obtida ao mês.

RENDA FIXA	RENDA EXTRA									TOTAL (Quant./Porcen.)
	RE 1	RE 2	RE 3	RE 4	RE 5	RE 6	RE 7	RE 8	RE 9	
Até R\$ 500,00	9	1	-	-	-	2	-	-	1	13 (15,5%)
De R\$ 500,01 até R\$ 1.000,01	13	4	1	-	-	1	-	-	1	20 (23,8%)
De R\$ 1.000,02 até R\$ 1.500,02	13	2	1	-	-	-	-	-	-	16 (19,0%)
De R\$ 1.500,03 até R\$ 2.000,03	6	-	-	1	1	-	-	-	-	8 (9,5%)
De R\$ 2.000,04 até R\$ 2.500,04	3	1	-	-	-	-	-	-	-	4 (4,8%)
De R\$ 2.500,05 até R\$ 3.000,05	2	-	-	-	-	1	-	-	1	4 (4,8%)
De R\$ 3.000,06 até R\$ 3.500,06	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2 (2,4%)
De R\$ 3.500,07 ou mais	12	-	-	-	-	-	1	1	3	17 (20,2%)
TOTAL (Quant./Porcen.)	59 (70,2%)	8 (9,5%)	2 (2,4%)	2 (2,4%)	1 (1,2%)	4 (4,8%)	1 (1,2%)	1 (1,2%)	6 (7,1%)	84 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Constata-se, na Tabela 2, que a maioria das respostas condizentes ao valor de renda fixa recebida pelos rondonenses, concentra-se em R\$ 500,01 a R\$ 1.000,01 reais (20 respostas, que corresponde a 23,3% do total). Mesmo que no gráfico a maior concentração de renda fixa seja nas quatro primeiras classes, há uma quantidade relevante das respostas que afirmam possuírem renda equivalente ou superior a R\$ 3.500,07 reais (17 respostas ou 19,8%), o que pode ser justificado pelo fato de a maioria trabalhar no setor público ou privado e também por muitos terem ensino superior completo e pós-graduação.

Em consonância a esses valores, quando verificado o quanto que as pessoas conseguiam ganhar de renda extra, 70,2% do total alegam não obter nenhum tipo de renda extra, ou seja, das 84 pessoas, 69 não possuem nenhum tipo de renda além da sua renda fixa. Ademais, no gráfico 1, é possível verificar a distribuição dessa taxa conforme a faixa salarial (em quantidade), nota-se que na classe onde concentra-se a maior renda (R\$ 500,01 a R\$ 1.000,01), das 20 pessoas, 13 não possuem nenhuma fonte de renda extra, e na segunda maior concentração de renda (de R\$ 3.500,07 ou mais), 12 das 17 pessoas também não possuem renda extra. Deste modo, conforme os resultados evidenciados no gráfico, em todas as faixas salariais as pessoas sobrevivem quase que exclusivamente, apenas de suas rendas fixas. Após o conhecimento do perfil dos entrevistados,



investigou-se seu comportamento financeiro.

4.2 Comportamento financeiro

Ao analisar o comportamento financeiro (comportamentos pessoais adotados) do público, quando perguntados como aprenderam sobre educação financeira, 63,1% buscaram informações por conta própria e 41,7% dizem terem aprendido sobre as finanças com os pais, e ainda 23,8% alegam terem aprendido no ensino superior. Como observado, as porcentagens não equivalem a 100%, pois nessa e em algumas perguntas utilizadas no questionário foram do tipo múltiplas escolhas com a possibilidade de marcar mais de uma opção.

A seguir, na Figura 1, foram apresentadas algumas justificativas utilizando a Escala Likert, para medir o grau de concordância dos respondentes em relação ao seu comportamento sobre alguns aspectos de suas finanças.

Para melhor ilustração, foram adotadas algumas abreviações para referenciar as afirmativas. Sendo, **A.10** - possuo pleno conhecimento sobre minhas finanças (rendimentos, gastos, juros embutidos, etc.); **A.11** - é importante analisar as finanças antes de fazer alguma aquisição (compra); **A.12** - a gestão financeira engloba atividades voltadas ao controle de recursos financeiros. Por isso, sigo um plano de gastos semanais ou mensais como meio de controle das finanças; **A.15** - Quando estou sem dinheiro, recorro ao limite do cartão de crédito e do cheque especial?

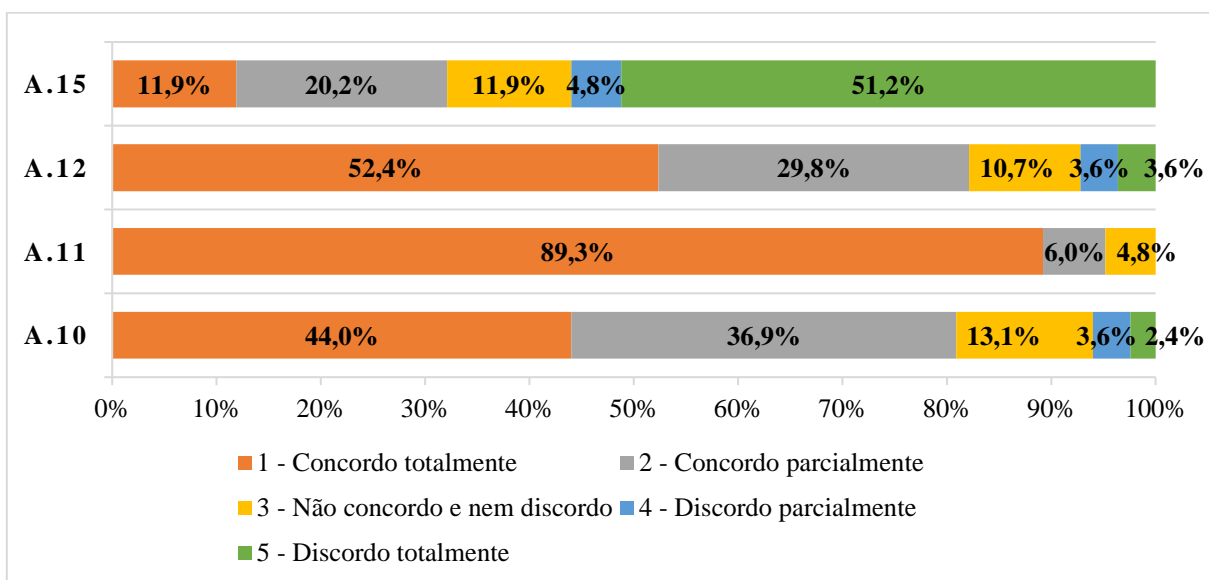


Figura 1. Relação de afirmativas sobre o comportamento financeiro dos cidadãos rondonenses.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Observa-se que, 44% concorda totalmente e 36,9% concorda parcialmente sobre terem total consciência de suas finanças, ou seja, sobre seus rendimentos, gastos ocorridos ou a ocorrer, juros pagos, e entre outros. Ademais, 89,3% concordam totalmente que é importante efetuar uma análise orçamentária para saber se tem possibilidade de realizar uma compra e 52,4% (concordo totalmente) mais 29,8% (concordo parcialmente) afirmam seguir algum tipo de plano de gastos, ou



seja, podem ser através de planilhas eletrônicas, aplicativos de gestão financeira ou em anotações de papel. Além disso, obtivemos um resultado satisfatório em relação ao uso do cartão de crédito quando está sem dinheiro, 51,2% das respostas alegam não recorrer ao cartão de crédito nessa situação.

Além disso, quando perguntados a respeito da forma que realizavam o monitoramento de seus gastos, verificou-se que 51,2% fazem o monitoramento em papel, ou seja, de forma mais tradicional, e 27,4% (17,9% em planilha eletrônica mais 9,5% em aplicativo para celular) utilizam algum meio eletrônico. O que é justificável, pois em contraste a isso, na afirmativa 12 da Figura 1, é apresentado um grande percentual afirmando utilizar algum meio de controle de gastos. No entanto, notou-se que 19% dos respondentes não realizavam nenhum tipo de monitoramento, ou seja, recebiam e gastavam seus dinheiros sem nenhum plano de gastos.

Outro fator observado no comportamento financeiro foi a maneira que realizavam as compras a prazo, logo, 54,8% das alternativas respondidas diz respeito a compras a prazo realizadas por cartão de crédito, 35,7% por meio de crediário ou carnê e 32,1% dizem preferir comprar somente à vista (nota-se que os valores ultrapassam 100%, mas as taxas estão em conformidade com o total de alternativas marcadas na pergunta e não do total de respostas, tendo em vista que é uma pergunta de múltiplas escolhas podendo marcar mais de uma alternativa). Esse resultado pode não condizer com a afirmativa A.15 da Figura 1, onde a metade das respostas alegam não utilizar o cartão de crédito quando estão sem dinheiro, no entanto, o que pode ocorrer nessa situação de compra a prazo é que as pessoas talvez tenham dinheiro disponível ou ainda o receberão, deste modo poderiam realizar a compra.

Ainda em relação ao comportamento financeiro do público, buscou-se identificar o nível de endividamento de cada pessoal e a capacidade que ela possui de poupar uma parte de sua renda todo o mês. Desta forma, a Figura 2 reflete essa situação.

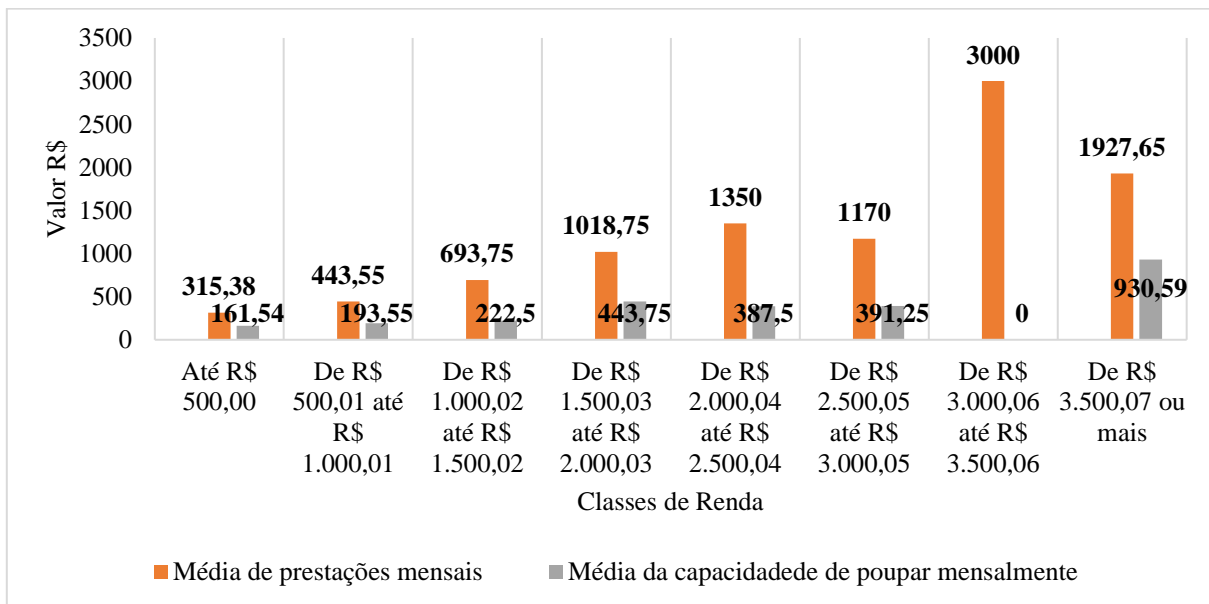


Figura 2. Comprometimento médio de renda com obrigações a pagar versus capacidade média de renda poupada mensalmente.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).



Como observado na Figura 2, sobre a média de suas rendas que está comprometida com obrigações mensais e a média de quando se consegue poupar todo mês de acordo com a classe financeira, a média de obrigações mensais na classe de R\$ 500,01 até R\$ 1.000,01 reais (classe com maior frequência de renda, 20 respostas conforme a Tabela 2) equivale a R\$ 443,55 reais, sendo que em média, as pessoas dessa faixa salarial conseguem poupar R\$ 193,55 reais mensalmente.

Além disso, na última classe de renda (de R\$ 3.500,07 ou mais) que é a segunda com maior frequência (conforme a Tabela 2), as pessoas em média possuem R\$ 1.927,65 reais de sua renda comprometida com prestações a pagar e mesmo assim ainda possui capacidade de poupar em média R\$ 930,59 reais todo mês, o que pode ser justificável por terem muitas pessoas que trabalham no setor público ou privado e ainda e ainda possuem graduação ou pós-graduação. Mesmo que a média de comprometimento de renda da classe de R\$ 3.000,06 até R\$ 3.500,06 com prestações a pagar seja alto, ela foi a classe com menor frequência, conforme gráfico 1, de respectivamente duas respostas.

Utilizando esses dados sobre as médias da quantidade das obrigações e capacidade de poupar, foi aplicado o Coeficiente de Correlação de Pearson através do aplicativo Microsoft Excel nas porcentagens que cada média representa em relação a sua classe salarial, para tentar averiguar se existe alguma relação entre esses dois dados, ou seja, se dependendo da quantidade das obrigações mensais o valor da quantia que se consegue poupar, sofrerá alguma alteração?

Sendo assim, após aplicado o coeficiente nesses dados, através do aplicativo, obteve-se um índice de correlação de aproximadamente -0,39, ou seja, concluiu-se que existe uma relação de intensidade regular entre a quantidade de prestações mensais com a capacidade de poupar todo mês. Deste modo, conforme o que o índice sugere, as variáveis são inversamente proporcionais, ou seja, conforme haja um aumento em uma das variáveis a outra sofrerá uma pequena diminuição, mas num ritmo bem lento.

Por fim, foi sugerido a seguinte suposição no questionário, se caso as pessoas tivessem numa situação de dificuldade (perda de emprego ou problema de saúde) por quanto tempo manteriam o padrão de vida que tem. Assim, 34,5% responderam que conseguiriam manter o padrão de vida entre 1 a 2 meses e 23,8% conseguiriam manter-se de 5 meses ou mais.

4.3 Atitude financeira

A seguir, é apresentado na Figura 3 os dados sobre as atitudes financeiras da população rondonense, ou seja, a atitude financeira é uma posição ou opinião baseado no que o indivíduo acha que se deve fazer em relação as finanças.

O gráfico dispõe das seguintes afirmações baseadas na Escala Likert de 5 pontos: **A.19** - É importante sempre está aprendendo sobre melhorar a gestão do dinheiro; **A.20** - A educação financeira é indispensável para ter uma boa saúde financeira; **A.21** - É importante planejar com antecedência antes de efetuar uma compra futura; **A.22** - É importante controlar as entradas (receitas) e saídas (despesas e gastos) de dinheiro mensalmente; **A.23** - Ao comprar a prazo, é importante comparar as ofertas dos produtos disponíveis; **A.24** - Mesmo possuindo algumas contas a pagar, não me considero uma pessoa endividada; **A.25** - É importante poupar dinheiro mensalmente; **A.26** - É importante ao final do mês ficar dentro do orçamento planejado; **A.27** - O modo como gerencio o dinheiro hoje irá afetar meu futuro.

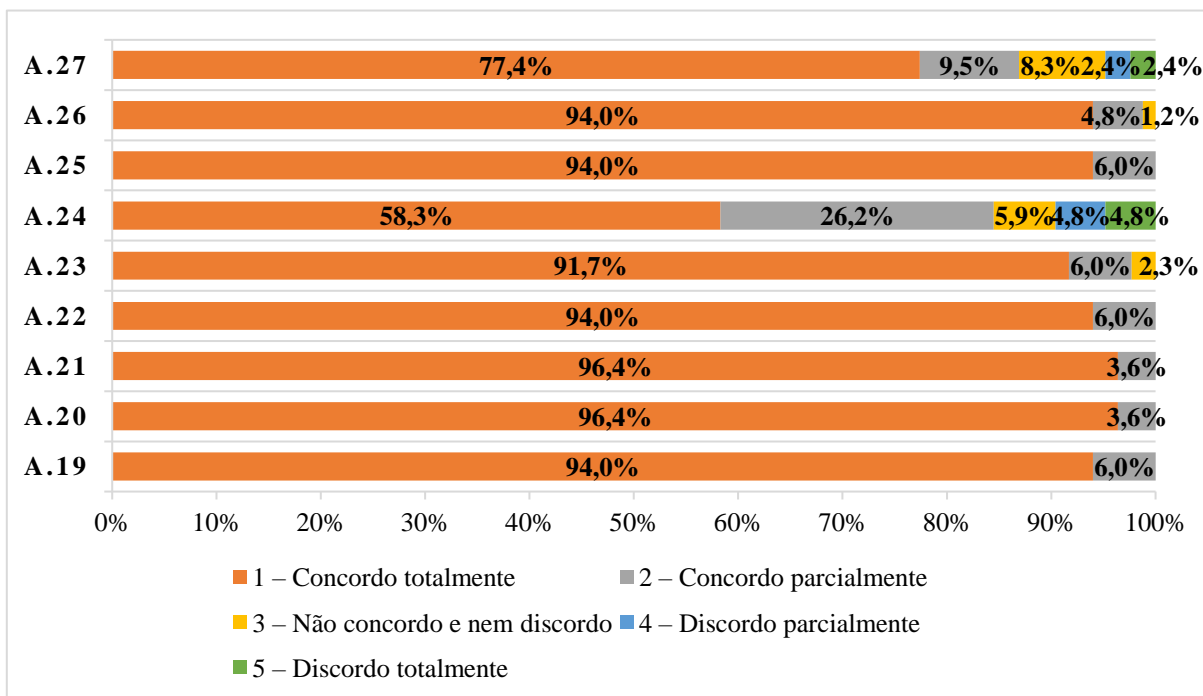


Figura 3. Relação de afirmativas das atitudes financeiras dos cidadãos rondonenses.
 Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Ao analisar a atitude financeira da população rondonense, constata-se que os participantes apresentaram atitudes financeiras adequadas, com taxa média de 88,5% concordando totalmente, sendo que a escala utilizada nas afirmativas varia de 1 a 5 pontos, onde, 1 (concordo totalmente) representa atitudes financeiras boas e 5 (discordo totalmente) atitudes ruins.

Deste modo, quando se refere a questões relacionadas ao aprendizado sobre as finanças, destaca-se as afirmativas “A.19 - é importante sempre está aprendendo sobre melhorar a gestão do dinheiro” e “A.20 - a educação financeira é indispensável para ter uma boa saúde financeira”, com 94% e 96,4%, respectivamente, de concordância total de quase a totalidade dos respondentes. Igualmente, o mesmo padrão ocorre com as afirmativas A.21 e A.23 sobre o momento de se realizar compras, 96,4% concordam totalmente que é importante realizar um planejamento antes de efetuar uma compra e 91,7% concordam totalmente que se deve comparar os preços dos produtos disponíveis quando for comprar a prazo.

Neste mesmo contexto, nas afirmativas A.22, A.25 e A.26, que expressam o controle das finanças, as maiores taxas correspondem a atitudes financeiras adequadas, onde em todas as situações a taxa equivale a 94%, concordando totalmente que é importante controlar as entradas e saídas de dinheiro todo mês, poupar dinheiro mensalmente e ficar dentro do orçamento ao final de cada mês.

Por outro lado, quando questionados a respeito do nível de endividamento na afirmativa A.24, pelo menos mais da metade dos respondentes, concordam totalmente (58,3%) que mesmo possuindo algumas contas a pagar, não se considera uma pessoa endividada. E por fim, relacionado a preocupação com o futuro financeiro, 77,4% dos rondonenses concordam totalmente que, a forma



como gerenciam suas finanças hoje pode afetar seu futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar o comportamento financeiro da sociedade rondonense, com o intuito de comparar como se comportam as finanças pessoais de acordo com as realidades financeiras das pessoas. Para isso, a aplicação da pesquisa foi dividida em três partes, perfil do público, comportamento financeiro e atitude financeira.

Após o fim da pesquisa, conclui-se que, em relação ao perfil pessoal e financeiro da amostragem participante da pesquisa, 67,9% são do público feminino, e a faixa etária, de modo geral, pertence a pessoas relativamente jovens, pois ao analisar apenas a faixa etária com maior percentual será um público jovem, mais analisando-as como um todo, existem muitas pessoas acima dos 25 anos que participaram da pesquisa.

Além disso, notou-se que a grande maioria possui alguma formação de ensino superior ou está cursando, e uma quantidade alta da amostragem diz respeito a pessoas que trabalham no setor público ou privado. A faixa salarial com maior predominância varia entre R\$ 500,00 a R\$ 1.500,02 reais e sobrevivem quase que exclusivamente apenas de sua renda fixa, já que muitos não possuem nenhum tipo de renda extra.

Sobre o comportamento financeiro, notou-se que a maioria possui total consciência sobre suas finanças e quase 83% (52,4% e 29,8% conforme Figura 1) dos respondentes alegam seguir algum tipo de controle de gastos, que segundo as respostas, as pessoas ainda recorrem a técnicas tradicionais de controle das finanças, como foi o caso da pesquisa, onde 51,2% realizam esse monitoramento em papel. E sobre a forma que preferem pagar pelas compras realizadas a prazo, a maioria diz preferir comprar através do cartão de crédito ou crediário próprio.

Ademais, percebeu-se que mesmo que as pessoas tenham uma parcela alta ou baixa de suas rendas comprometidas com obrigações mensais, a grande maioria ainda consegue reservar uma pequena parte de seus rendimentos para a poupança. E sobre o questionamento levantado no início da pesquisa, se existia alguma relação entre quantidade de obrigações com a capacidade de poupar, identificou-se que existe uma relação regular, ou seja, nem fraca e nem forte entre as duas variáveis, pois o índice resultante do coeficiente equivale a -0,39, ou seja, as variáveis são inversamente proporcionais e dessa forma se uma variável aumentar ou diminuir a outra segue no sentido oposto, mas num ritmo bastante lento.

Já em relação à atitude financeira, as pessoas que responderam ao questionário apresentam atitudes adequadas sobre as finanças, ou seja, quando perguntadas sobre o que é correto ou incorreto fazer com as finanças, muitos possuem uma visão correta do que se deveria fazer em relação ao dinheiro, finanças e o futuro financeiro. Como por exemplo, mais de 90% concordam que é importante avaliar o preço dos produtos e realizar um planejamento antes de obtê-lo, e ainda que é importante controlar o dinheiro, poupar e ficar dentro do orçamento todo mês. Também afirmam que mesmo tendo dívidas a pagar não se consideram pessoas endividadas e se preocupam com a forma que gerenciam suas finanças hoje, pois isso pode afetar seus orçamentos futuros.

Durante o período de realização da pesquisa, os principais fatores limitantes do estudo foi o não alcance de um número amostral tão grande que pudesse dar maior credibilidade e a impossibilidade de aplicá-lo presencialmente aos cidadãos por conta do isolamento social existente em todo o mundo causado pela pandemia do Covid-19, e desta forma, não pôde haver o auxílio em ajudar a responder o questionário no caso de dúvidas. Assim, a pesquisa ficou sujeita a possíveis erros dos indivíduos com o envio dos dados de forma *online*.



Portanto, conclui-se que em média, a população rondonense possui uma boa gestão sobre suas finanças, independentemente da classe social em que se encontram as pessoas. Sendo assim, é deixado como possíveis temas para estudos futuros, a análise nas categorias de despesas (despesas com alimentação, habitação, cuidados pessoais, saúde, etc.) da população para verificar onde está havendo mais gastos supérfluos e deste modo, as auxiliarem na melhor tomada de decisões sobre seus gastos. Pois muitas das vezes, mesmo possuindo uma boa gestão do orçamento, as pessoas ainda consomem de forma equivocada produtos que não são necessários para sua vida.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. B. M. (2017). *Bolso virtual: aplicação Web Móvel para controle de finanças pessoais*. São Cristóvão, SE, 2017. [Monografia de Graduação, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe. <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11104>
- Costa Junior, C. A. da, & Claro, O. M. B. (2013). Educação financeira: um instrumento de consciência econômica. *Em Teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, 4(3), 1-25. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/2220>
- Figueiredo Filho, D. B., & Silva Júnior, J. A. da, (2009). Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, 18(1), 115-146. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3852/3156>
- Fiori, D. D., Mafra, R. Z., Fernandes, T. A., Filho, J. B., & Nascimento, L. R. C. (2017). O efeito da educação financeira sobre a relação entre inadimplência e trabalhadores na cidade de Manaus. *Sinergia*, 21(2), 31-45. <https://doi.org/10.17648/sinergia-2236-7608-v21n2-7215>
- Gitman, L. J. (2010). *Princípios de administração financeira*. Pearson Prentice Hall.
- Gomes, D. M., & Sorato, K. A. D. L. (2010). Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas e serviços contábeis: um estudo com profissionais autônomos. *Seminário de Ciências Sociais Aplicada*, 2(2), 1-14. <http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/1424>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). (2015). Conheça as dicas do Idec para evitar o endividamento e a inadimplência. <https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/conheca-as-dicas-do-idec-para-evitar-o-endividamento-e-a-inadimplencia>
- Lima, R. A. A., Figueiredo, F. N. L., Ventura Júnior, R., & Ventura, A. F. A. (2016). Educação orçamentária familiar: uma ferramenta que promove o controle financeiro doméstico. *Caminho Aberto - Revista de Extensão do Ifsc*, 3(4), 55-63. <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/1862>
- Maia, A. S. R. S. (2007). *Inadimplência e recuperação de créditos*. [Monografia de Especialização, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/13938>



- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Metodologia científica*. Atlas.
- Marques, M. F. S., Takamatsu, R. T., & Avelino, B. C. (2018). Finanças pessoais: uma análise do comportamento de estudantes de ciências contábeis. *Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 17(3), 819-840. <https://doi.org/10.18593/race.v17i3.16850>
- Medeiros, F. S. B., & Lopes, T. de A. M. (2014). Finanças pessoais: um estudo com alunos do curso de ciências contábeis de uma IES privada de Santa Maria –RS. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 7(2), 221-250. <http://dx.doi.org/10.19177/reen.v7e22014221-251>
- Nunes, C. H. S. da S., Primi, R., Nunes, M. F. O., Muniz, M., Cunha, T. F. da, & Couto, G. (2008). Teoria de Resposta ao Item para otimização de escalas tipo Likert: um exemplo de aplicação. *Ridep - Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación e Avaliação Psicológica*, 1(25), 51-79. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=459645445004>
- Peixe, B. C. S., Lehnhard, N. da S., & Harres, P. R. (2000). Contabilidade familiar: um enfoque orçamentário. *Revista de Ciências Empresariais da Unipar*, 1(2), 69-78. <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/1437>
- Pereira, V. da S. V. (2011). Orçamento familiar: Uma ferramenta para gerir os recursos financeiros da esfera doméstica. Anais do Sétimo Encontro Internacional De Produção Científica do Centro Universitário de Maringá. CESUMAR. http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/viviane_da_silva_vieira_pereira2.pdf
- Pires, V. (2006). *Finanças Pessoais: fundamentos e dicas*. Editora Equilíbrio. https://www.academia.edu/7395712/Finan%C3%A7as_Pessoais_fundamentos_e_dicas
- Pontes, A. N., Tomazela, M. das G. J. M., & Alves, D. C. (2017). NICO: Aplicativo para auxiliar na educação financeira de crianças do ensino fundamental. *Refas: Revista fatec zona sul*, 4(1), 19-31. <http://www.revistarefas.com.br/index.php/RevFATECZS/article/view/125>
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Feevale.
- Resende, B. de M., & Costa, C. (2017). Análise do planejamento financeiro pessoal dos discentes de administração de uma instituição de ensino superior em monte carmel – MG, no ano de 2015. *Getec*, 6(13), 26-42. <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/download/1009/733>
- Savoia, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. de A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública - Rap*, 41(6), 21-41. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>
- Silva, J. T. de L., Souza, D. A. de, & Fajan, F. D. (2015). Análise do endividamento e dos fatores



que influenciam o comportamento de alunos universitários. Anais do Décimo Segundo Congresso Nacional De Excelência Em Gestão da Associação Educacional Dom Bosco. AEDB. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf>

- Silva, Rogério da, Teixeira, A., & Beiruth, A. X. (2016). Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do centro-oeste brasileiro. *Revista Unemat de Contabilidade*, 5(10), 113-136. <https://doi.org/10.30681/ruc.v5i10.1382>
- Venciguerra, C. H. (2013). *CH Controle: controle de finanças pessoais para aplicativo móvel*. [TCC de Graduação, Faculdade Integradas do Vale do Ivaí]. <https://pt.scribd.com/document/380489522/Ch-Controle-controle-de-Financas-Pessoais-Para-Aplicativo-Movel>
- Vieira, S. F. A., Bataglia, R. T. M., & Sereia, V. J. (2011). Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. *Revista de Administração da Unimep*, 9(3), 61-86. <http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/rau/article/view/345>
- Wisniewski, M. L. G. (2011). A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. *Revista Intersaberes*, 6(12), 155-172. <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/32>
- Wohlemberg, T. R., Braum, L. M. dos S. B., & Rojo, C. A. (2011). Finanças pessoais: uma pesquisa com os acadêmicos da unioeste campus de Marechal Cândido Rondon. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista – Unioeste*, (11), 133-152. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/8544>

